

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS DO CAMPO
– DESVELANDO AS POLÍTICAS E A GESTÃO EDU-
CACIONAL FRENTE AO ATENDIMENTO DE ALU-
NOS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE BOM
JESUS DA LAPA - BA¹**

**SPECIAL EDUCATION IN COUNTRYSIDE SCHO-
OLS - UNVEILING POLICIES AND EDUCATIONAL
MANAGEMENT FRONT OF THE SERVICE OF STU-
DENTS WITH DISABILITIES IN THE MUNICIPALI-
TY OF BOM JESUS DA LAPA - BA**

Sandra Francisca de Jesus Cangirana²

Luiz Ricardo Pereira de Almeida Braga³

Resumo: A educação do campo é aquela adequada às característi- cas locais tanto relacionadas aos sistemas de produção como ao

1 Trabalho produzido para apresentação no II seminário da Pós-graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas para a Educação Básica, na linha 2 de pesquisa - Políticas Públicas e Gestão Educacional

2 Licenciada em História pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC. Especialista em História e Geografia do Brasil pela Universidade Católica de Anápolis- FCA. Especialista em Gestão Escolar e Ciências da Educação pela Faculdade Afirmativo - FAFI e Pós graduada em Gestão e Políticas Públicas para a Educação Básica pela Universidade do Estado da Bahia UNEB. Mestra em Ciências da Educação pela FICS.

3 Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - UnB. Graduado em Pedagogia com habilitação em Docência e Gestão de Processos Educativos pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB e Pós-graduado em Neuropedagogia Clínica e Psicanálise e Gestão Escolar. Coordenador da linha de pesquisa 2 - Políticas Públicas e gestão Educacional.



modo de vida, dentro da perspectiva de inclusão, verifica-se que para haver nas escolas do campo ações que contemplem a singularidade dos alunos da educação especial, no campo, é importante garantir sua visibilidade, através de políticas públicas. Este trabalho tem como objetivo descrever e analisar as políticas públicas e a gestão educacional frente ao atendimento dos alunos com deficiência no campo, permeando aspectos históricos da educação do campo e educação especial, as dificuldades encontradas para o oferecimento de uma educação inclusiva nas escolas do campo, assim como o descaso em relação ao oferecimento de acesso à educação básica em todos os níveis, seja por pessoas com deficiência ou não. Este artigo foi construído a partir de uma pesquisa de campo, que se utilizou da abordagem qualitativa e do método deduti-

vo para expor de forma descritivo-argumentativa pressupostos formulados a partir de um estudo bibliográfico e seu confronto com resultados da aplicação de questionários direcionados a coordenação geral da Educação Especial do município de Bom Jesus da Lapa e aos gestores de escolas do campo deste, cuja escolas, possuem salas de Recursos Multifuncionais ofertando o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nessa pesquisa verificou-se que as políticas relativas à inclusão extrapolam o trabalho do professor em sala de aula e da gestão escolar, relacionando-se com todos os atores envolvidos no sistema educacional.

Palavras-chave: Educação do Campo. Educação Especial. Inclusão. Escolas do Campo.

Abstract: The education of the

field is that appropriate to the local characteristics both related to production systems and the way of life, within the perspective of inclusion, it is verified that to have in the schools of the field actions that contemplate the uniqueness of students of special education, in the field, it is important to ensure their visibility, through public policies. This work aims to describe and analyze public policies and educational management in the face of the care of students with disabilities in the field, permeating historical aspects of field education and special education, the difficulties encountered for offering an inclusive education in rural schools, as well as the dismay in relation to the offer of access to basic education at all levels, whether by people with disabilities or not. This article was constructed from a field research, which

used the qualitative approach and the deductive method to expose descriptive-argumentative assumptions formulated from a bibliographic and its confrontation with the results of the application of questionnaires to the general coordinator of Special Education of the municipality of Bom Jesus da Lapa and to the managers of schools in the field of this field, whose schools, have rooms of Multifunctional Resources with specialized educational care (AEE). In this research, it was verified that the policies related to inclusion go beyond the work of the teacher in the classroom and school management, relating to all the actors involved in the educational system.

Keywords: Field Education. Special Education. Inclusion. Country Schools.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é uma temática bastante complexa em razão de diversos aspectos históricos e que vão emergindo na atualidade no que se refere ao acesso à educação em todos os níveis de ensino da educação básica. Quando se trata do oferecimento de atendimento às pessoas com deficiência nas escolas do campo esse problema se agrava ainda mais. Nesse contexto, verifica-se que se existe muitas dificuldades em oferecer à população do campo acesso à educação em todos os níveis, oferecer uma educação inclusiva torna-se uma tarefa bem mais difícil.

A educação do campo é aquela adequada às características locais tanto relacionadas aos sistemas de produção como ao modo de vida, respeitando aspectos culturais e sociais, principal-

mente, assegurando à população do campo o direito de participação no processo ensino-aprendizagem. É possível verificar em documentos da legislação brasileira referências a respeito da educação do campo, enfatizando sua destinação aos agricultores e seus familiares, pescadores artesanais, ribeirinhos, extrativistas, assentados, acampados da Reforma Agrária, trabalhadores rurais assalariados, quilombolas, caiçaras, caboclos, povos da floresta e todos aqueles cuja produção de suas condições materiais tenham origem no meio rural (RABELO; CAIADO, 2014).

Rabelo e Caiado (2014) dizem que acerca da educação inclusiva no campo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva garante que os povos indígenas, quilombolas e do campo devem ter assegurados recursos,

serviços e atendimento educacional especializados, dentro de uma perspectiva de compreensão das diferenças socioculturais desses grupos, estabelece, ainda, que a educação especial deve permear todos os níveis de ensino, sendo oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e destinando-se às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Este trabalho tem como objetivo descrever e analisar as políticas públicas e a gestão educacional frente ao atendimento dos alunos com deficiência no campo, permeando aspectos históricos da educação do campo e educação especial, as dificuldades encontradas para o oferecimento de uma educação inclusiva nas escolas do campo, assim como o descaso em relação ao oferecimento de acesso à educa-

ção básica em todos os níveis, tanto por pessoas com deficiência ou sem deficiência.

Este trabalho foi estruturado em três seções sendo a primeira uma abordagem geral das similaridades entre Educação do Campo e a Educação Especial; a segunda sessão trata especificamente de aspectos relacionados à educação do campo, seu histórico e demandas; enquanto a terceira sessão apresenta as lutas e conquistas da educação especial e demais aspectos da educação inclusiva. A pesquisa bibliográfica realizada no desenvolvimento desse trabalho foi confrontada com questionários aplicado a coordenadora geral da Educação Especial e gestores de escolas do campo de Bom Jesus da Lapa, isso a fim de elaborar os pressupostos que serão apresentados na análise e discussão e nas considerações finais desse artigo.

É importante destacar que em razão da pandemia da Covid-19, grande crise sanitária econômica e social por que passa o país e o resto do mundo algumas das ações previstas no planejamento desta pesquisa tiveram que ser adaptadas, assim, o trabalho de campo que se esperava realizar nas escolas do campo de Bom Jesus da Lapa teve que se reduzir à aplicação dos questionários online e conversas através de vídeo conferência, com a coordenadora e gestores de escolas do referido município.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este artigo foi construído a partir de uma pesquisa de campo, que se utilizou da abordagem qualitativa e do método dedutivo para expor de forma descritivo-argumentativa pressu-

postos formulados a partir de um estudo bibliográfico e seu confronto com resultados da aplicação de questionários a coordenação geral da Educação Especial no município e aos gestores de escolas do campo que ofertam o Atendimento Educacional Especializado no município de Bom Jesus da Lapa.

Os descritores de pesquisa para a seleção do material bibliográfico foram: Educação do Campo, Educação Especial, Educação Inclusiva, Problemas da Educação do Campo e Legislação da Educação do Campo e Educação Especial e Inclusiva. O material selecionado foi obtido em repositórios acadêmicos como Scielo, Revistas Eletrônicas Especializadas e a ferramenta de busca Google Acadêmico, sendo a escolha do material norteada pelos objetivos, tema e problemática da pesquisa.

Os questionários aplicados foram enviados via e-mail e WhatsApp, pois, em razão da pandemia da Covid-19 foi inviabilizado o contato direto, inclusive, a pesquisa na própria escola, haja vista que as aulas estão suspensas indefinidamente por medidas de controle da disseminação do novo coronavírus. Os questionários foram analisados e tiveram seus dados apresentados de forma qualitativa, havendo um confronto das informações obtidas com o estudo bibliográfico realizado, o que culminou no desenvolvimento das conclusões dessa pesquisa.

SIMILARIDADES ENTRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Tanto a Educação do Campo quanto a Educação Especial são marcadas em sua origem

por lutas e movimentos em prol de sua constituição, estruturação e efetividade. A educação para o campo tem em sua origem as lutas pela reforma agrária, pelos direitos dos trabalhadores do campo e ou melhores condições de vida no espaço rural. Já a Educação Especial é o resultado das diversas lutas em defesa da inclusão, acessibilidade e assistência às pessoas com deficiência.

Embora, nas últimas décadas têm se verificado alguns avanços, sobretudo, no âmbito jurídico, tanto no que se refere à educação do campo, como à educação inclusiva, percebe-se que ainda há muito a se conquistar, pois, faltam políticas públicas que possam oferecer à população do campo, com ou sem deficiência, uma vida digna, ou seja, o que está expresso na legislação não tem sido posto em prática e, quando executado, não tem al-

cançado efetividade (RABELO; CAIADO, 2014).

Rabelo e Caiado (2014) apontam que a Educação do Campo e a Educação Especial também são impactadas por problemas semelhantes, haja vista, que existe uma necessidade constante das duas modalidades de superar as condições históricas imputadas às populações do campo e às pessoas com deficiência.

O principal desafio na luta pela efetividade e melhoria da Educação do Campo está no desenvolvimento das ações práticas, uma vez que já existem orientações, diretrizes e normas a respeito. Verifica-se que é preciso avançar em relação à clareza teórica, é necessária uma evolução das práticas pedagógicas produzidas e, sobretudo, a criação de um ambiente sólido para a atuação de todos os entes

que compõem o processo ensino-aprendizagem e a estruturação do sistema de ensino (CALDART, 2004).

Estes mesmos desafios estão presentes no processo de oferecimento de efetividade à educação inclusiva (educação especial), pois, verifica-se que a legislação orienta a inclusão, a universalidade do acesso à educação, sobretudo, o dever do Estado no oferecimento de condições de acesso a todos os níveis de educação às populações do campo, indígenas, quilombolas, trabalhadores do campo, entre outros que compõem o território rural, inclusive, aos indivíduos desse espaço que possuam algum tipo de deficiência.

O Estado brasileiro tem uma dívida histórica na área da educação, principalmente, em relação ao abandono das escolas do campo e à educação especial.

Em nosso país há uma grande invisibilidade da educação especial e da educação do campo, quando se fala em educação especial nas escolas do campo o problema ainda é maior, mesmo que existam dados que demonstrem um número significativo de pessoas com deficiência que vivem no campo e alunos com deficiência matriculados nas escolas do campo (CAIADO; GONÇALVES; SÁ, 2016)

EDUCAÇÃO PARA O CAMPO: HISTÓRICO E DEMANDAS

A I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, foi um marco na luta e no desenvolvimento de um novo pensamento em relação à educação para a população que vive e trabalha no campo. Nessa conferência foi re-

afirmado que o campo é um espaço de vida digna e a legitimidade da luta por políticas públicas específicas para esse público, assim como por um projeto educacional próprio para a população do campo (CALDART, 2004).

O conceito de Educação do Campo surgiu em meados de 1996. A educação do campo nasceu das demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária, dessas demandas nasceu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e a Coordenação Geral de Educação do Campo (FERNANDES, 2005).

Os protagonistas do processo de criação da Educação do Campo são os movimentos sociais. Trata-se de uma luta que se iniciou com as ações de trabalhadores pobres do campo e trabalhadores sem-terra, amplian-

do-se para todo o conjunto de trabalhadores do campo. (CALDART, 2009).

Para Caldart (2009) a educação do campo está naturalmente ligada ao destino do trabalhador do campo, às lutas sociais desses trabalhadores e às soluções encontradas com os embates de projetos que constituem a dinâmica atual do campo no Brasil. Para Caldart, a educação do campo nasce como crítica à realidade da educação brasileira, com ênfase na situação educacional da população do campo. Pois, inicialmente configurou-se dentro das lutas sociais pelo direito à educação, dentro de um contexto de luta pela terra, pelo trabalho, igualdade social e melhores condições de vida no campo.

EDUCAÇÃO ESPECIAL: LUTAS E CONQUISTAS

Entende-se que para haver nas escolas do campo ações que contemplem a singularidade dos alunos da educação especial, no campo, é importante garantir sua visibilidade, através de políticas públicas, pois, o aluno com deficiência, do meio rural, tem direito a um ensino articulado com sua realidade, enquanto cidadão do campo, sendo de extrema importância a criação de uma escola capaz de resistir as práticas de exclusão (RABELO; CAIADO, 2014).

A discussão sobre política inclusiva, geralmente, concentra-se nos eixos da organização sócio-política e dos direitos individuais do público a que se destina. Verifica-se que a inclusão não é apenas uma preocupação de governantes, especialistas ou de um grupo específico de cidadãos. Dentro dessa perspectiva, entende-se que como territó-

rio institucional de expressão da cultura, a escola sofre pressões para acompanhar os novos tempos e lidar com a diversidade do público que deve atender, assim, para a construção de uma educação inclusiva, que seja capaz de atender as demandas resultantes das diversas transformações por que passou a sociedade nos últimos tempos, faz-se necessário esforços teóricos, técnicos, políticos e operacionais que tornem efetivo o processo de inclusão nas escolas, sobretudo, no campo (PAULON, 2005).

No que se refere a educação especial e a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas do ensino regular, verifica-se que o movimento de negação da forma apartada de tratar as pessoas com deficiência, provocou nas escolas especiais uma busca pela integração das pessoas com deficiência na sociedade, algo

que seria iniciado com a inserção desses indivíduos na escola regular. Contudo, ao longo de muitas tentativas de integração, o que se pode observar foi o retorno dos alunos com deficiência às escolas especiais, geralmente, em razão do isolamento sofrido por esse público na escola regular (DORZIAT, 2009/2010).

Na legislação brasileira é destacado que as ações na área da educação especial devem permear as áreas rurais, dentro dos espaços de educação do campo, assistindo indígenas, quilombolas e outros atores do campo. Nesse sentido a resolução n. 2/2008 especifica que os sistemas de ensino deverão adotar providências para que as crianças e os jovens com deficiência, residentes no campo deverão ter acesso à Educação Básica, preferentemente, nas escolas comuns da rede de ensino regular (CAIA-

DO; GONSALVES; SÁ, 2016).

A política efetivamente inclusiva deve ocupar-se com a “desinstitucionalização” da exclusão, implementando políticas de inclusão efetivas e duradouras, que incidam sobre a rede de relações das diversas instituições que atuam no sistema educacional. Nesse sentido, verifica-se que as políticas relativas à inclusão extrapolam o trabalho do professor em sala de aula e da gestão escolar, relacionando-se com todos os atores envolvidos no sistema educacional, envolvendo a prática pedagógica, os processos de gestão escolar e o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão e de estratégias de promoção da inclusão na educação, seja no campo ou na cidade (PAULON, 2005).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Na contemporaneidade o termo inclusão se destaca nos debates das políticas sociais, sobretudo, nas áreas da educação especial, sendo um conceito presente nos discursos de agências multilaterais, governos e movimentos sociais, como os de luta pelos direitos do homem do campo, incluindo nesse contexto a educação do campo. No que se refere ao processo de inclusão e a perspectiva de integração dos alunos das escolas especiais nas escolas do ensino regular verificou-se que as primeiras não estavam preparadas pedagogicamente para suprir todas as necessidades de seu público e que as últimas ofereciam aos alunos com deficiência um tratamento que desconsiderava suas potencialidades e a necessidade de elaboração de uma base didática para a transmissão-assimilação

de conhecimentos na relação aluno/professor, tratando os alunos com deficiência como indivíduos doente (GARCIA, 2004; DORZIAT, 2009/2010).

A resolução 2/2008 estabelece diretrizes, normas e princípios, no que se refere às políticas públicas voltadas à Educação Básica do Campo. Nela está expresso que os sistemas de ensino devem adotar providências para que as pessoas com deficiência, residentes no campo, possam ter acesso à educação básica, preferencialmente, nas escolas comuns da rede de ensino regular. O Plano Nacional de Educação (PNE), por sua vez, tem como meta o estabelecimento da universalização do ensino para a população de 04 a 17 anos, com atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de

ensino, tendo como estratégia a implantação de salas com recursos multifuncionais e o fomento da formação continuada de professores nas escolas do campo ou da cidade (RABELO; CAIADO, 2014; CAIADO; GONÇALVES; SÁ, 2016).

Dentro dessa perspectiva, em 2002 através do parecer n. 36/2001 e a Resolução 1/2002 foram aprovadas as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo, período em que, também, foi introduzido na agenda de lutas e de trabalho dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores do campo a questão da educação do campo, promovendo certa pressão nos governos municipais, estaduais e no governo federal (MOLINA; FREITAS, 2011; CALDART, 2004).

Um dos principais problemas enfrentados na educação

do campo é a insuficiência de oferta educacional, pois, geralmente, as ofertas de vagas limitam-se aos anos iniciais do ensino fundamental, o que dificulta o progresso escolar daqueles que estariam buscando continuar seus estudos nas escolas situadas no seu território. Compreende-se que o campo pode ser pensado como território ou como setor da economia, pensar o campo como território significa compreender esse espaço como um local onde se realizam diversas dimensões da existência humana (FERNANDES, 2005; MOLINA; FREITAS, 2011).

Em razão da oferta e funcionamento das salas de Recursos Multifuncionais resumir somente a três escolas do campo tais fatores constituíram dificuldades para o desenvolvimento da pesquisa considerando também a pandemia da Covid-19 o trabalho

de campo que seria realizado, limitou-se a aplicação de questionário à uma gestora das escolas do campo do município de Bom Jesus da Lapa e a coordenação geral da Educação Especial deste município. Embora, tenha havido tais contratemplos, foi possível fazer um comparativo das vivências dessas profissionais e o que diz a literatura acerca da educação do campo e educação especial, sobretudo, acerca da educação inclusiva no campo.

A coordenadora municipal da educação especial que respondeu ao questionário foi a senhora Vanuza Magalhães, graduada nos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Letras, pós-graduada em Psicopedagogia, Educação Especial e Gestão Educacional, com experiência de 8 anos na coordenação da Educação Especial da rede. Acerca da educação especial no campo

Vanuza Magalhães afirmou que no início de seu trabalho na coordenação já havia a oferta de educação especial no campo, contudo, mesmo havendo formações para qualificar os professores a ausência de salas com recursos específicos para assistir a todos os alunos com deficiência prejudicava a qualidade do trabalho.

Comparando o que diz Vanuza Magalhães com a literatura, mais especificamente, com o que diz Garcia (2004) quando afirma que no âmbito educacional ou das reformas do ensino é necessário que se considere os elementos geradores da situação de exclusão. Nesse contexto, verifica-se que a solução para os problemas vivenciados nas escolas de Bom Jesus da Lapa e nas demais escolas do país deve ser buscada a partir da análise das situações de exclusão, que nesse caso, como afirmou Vanuza

Magalhães era a ausência de salas com recursos multifuncionais para todos os alunos.

Em relação a existência de escolas do campo que dispõem de salas com recursos multifuncionais, Vanuza Magalhães afirmou que o maior problema é a ausência de profissionais qualificados para realizarem o Atendimento Educacional Especializado (AEE), pois, das escolas que o município de Bom Jesus da Lapa possui que dispõe dessas salas, apenas três delas estão em funcionamento, justamente, em razão da ausência de profissionais para desenvolverem o trabalho de AEE.

Segundo Vanuza Magalhães o ingresso dos alunos na oferta de vagas na educação especial nas escolas do campo ocorre através da matrícula na escola comum, a informação da existência do aluno com deficiên-

cia é feita pela escola à Secretaria de Educação para que o órgão ofereça o profissional de apoio adequado à deficiência do aluno. Vanuza Magalhães salientou que o processo de atendimento não é complicado, pois, as orientações são oferecidas à Secretaria de Educação e aos familiares dos alunos, os professores, também, passam por formações, assim, como a coordenação, contudo, existem outras demandas, as quais quando não atendidas comprometem o trabalho.

Dentro dessa perspectiva verifica-se que a fala de Vanuza Magalhães vai ao encontro do que diz Paulon (2009) quando ele diz que as políticas relativas à inclusão extrapolam o trabalho do professor em sala de aula e da gestão escolar, relacionando-se com todos os atores envolvidos no sistema educacional, envolvendo a prática pedagógica, os

processos de gestão escolar e o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão e de estratégias de promoção da inclusão na educação, seja no campo ou na cidade.

Acerca das informações contidas no Censo Escolar foi verificado, segundo informações da respondente, que nem todos os alunos identificados no Censo recebem, de fato, Atendimento Educacional Especializado, pois, as escolas não dispõem de salas com recursos para todos. Em relação às informações pedagógicas e clínicas direcionadas ao censo Vanuza Magalhães mencionou que os documentos são os mesmos dos demais alunos, sendo o relatório médico exigido apenas em casos especiais onde a deficiência não é visível.

O acompanhamento e o registro dos alunos com deficiência nas escolas do campo, e nas

demais escolas do município é realizado com base em orientações pedagógicas sobre adaptações do currículo, por meio do uso de fichas de avaliação e construção de Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) se necessário, informou a coordenadora. Acerca da realidade do município Vanuza Magalhães disse o seguinte:

Em relação a outros municípios estamos bem à frente em relação às políticas de educação especial. Mas precisamos melhorar. Tornar irrelevante a nova política de educação especial do governo atual e continuar buscando meios de atender aos alunos com deficiência no município na escola comum. Precisamos investir muito na formação para professores do ensino comum e do AEE. Aumentar o número de salas de recursos.

Entender que a Educação Especial deve ser inclusiva e não apenas Especial.

Tendo como base as informações oferecidas pela coordenadora até então e sua declaração acima verifica-se que as escolas do município de Bom Jesus da Lapa têm cumprido com aquilo que diz a legislação, ao menos no sentido da oferta de vagas nas salas de recursos multifuncionais, adequando-se ao que diz Rabelo e Caiado (2014) quando apontam que a resolução 2/2008 estabelece diretrizes, normas e princípios, no que se refere às políticas públicas voltadas à Educação Básica do Campo. Nela está expresso que os sistemas de ensino devem adotar providências para que as pessoas com deficiência, residentes no campo, possam ter acesso à educação básica, preferencialmente,

nas escolas comuns da rede de ensino regular.

Questionada sobre sua opinião em relação ao atendimento que deve ser oferecido às crianças com deficiência nas escolas do campo, Vanuza Magalhães afirmou que:

Os alunos com deficiência das escolas do campo devem estar inseridos no ambiente educacional como todas os outros, com as mesmas oportunidades, respeitando suas limitações. O currículo deve ser para todos, pessoas com deficiência e não. A realidade do campo deve ser apropriada e trabalhada no contexto Educacional local abrangendo a todos os alunos. Com deficiência e não.

Os relatos da coordenadora municipal de educação

especial, Vanuza Magalhães, demonstram que as escolas e os profissionais têm buscado atender o que diz as diretrizes e normas acerca a educação especial nas escolas do campo. O grande problema é que a realidade vivida pelos profissionais da educação nos municípios não permite que o trabalho seja realizado com efetividade, pois, em geral, existe uma certa dificuldade em oferecer a estrutura física e material a todos os alunos e, algumas vezes a deficiência está na ausência de profissionais qualificados.

A gestora respondente, será aqui identificada como Aline, pós-graduada em Psicopedagogia, com um ano de experiência no cargo. Segundo a gestora os alunos são matriculados nas escolas por meio de matrícula comum, a escola em que atua possui salas que dispõe de recursos, conforme exigido na legisla-

ção, dentro de uma perspectiva de orientação da família, contato permanente com o aluno e foco na orientação dos diferentes atores da escola para o oferecimento da assistência adequada ao aluno.

Segundo a gestora todos os alunos identificados no censo frequentam as aulas, em relação ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), a gestora afirma haver deficiências na estrutura material, física e pedagógica, sobretudo, em relação ao apoio pedagógico para o atendimento dos alunos com deficiência. Em relação a oferta do atendimento ao aluno com deficiência, a gestora Aline afirmou existir a necessidade de Laudo Médico para comprovação da deficiência para o Censo.

Verifica-se, discrepâncias em relação ao entendimento de alguns procedimentos no que se refere à identificação dos

alunos com deficiência, dentro da perspectiva das informações apresentadas e o que estabelece a legislação. Essa discrepância é algo comum, no Brasil, inclusive, um dos fatores que dificultam a oferta adequada de recursos materiais e estruturais, como as salas com recursos multifuncionais.

As demais informações oferecidas pela gestora Aline estavam em conformidade com o relato da coordenadora Vanuza Magalhães, em confronto com a literatura, verifica-se que o processo de inclusão é sim um processo que está em andamento, inclusive, que vai ganhando novas facetas conforme a sociedade vai sofrendo alterações culturais, sociais e ideológicas. Assim em relação ao atendimento dos alunos com deficiência nas escolas do campo a gestora Aline complementa dizendo:

Muitas das vezes não se concretizam, pois, a luta pela inclusão conta com a renovação das políticas públicas para garantir ao aluno com “necessidade especial” uma educação de qualidade que respeite suas limitações e que todos venham se preocupar com a inclusão desses alunos, principalmente no campo. A gestão escolar tem que estabelecer e promover uma gestão democrática e uma política que venha garantir a participação de todos, desenvolvendo ações e práticas que torne a inclusão desses alunos garantida na escola, não só no cumprimento da Lei, mas também ter uma visão de que inclusão é garantir um ambiente escolar para todos sem exceção e envolvendo toda

comunidade escolar. Assim para garantir ensino aprendizagem a esses alunos é necessário que a gestão seja coletiva, participativa e comprometida fazendo com que as estratégias e metodologias sejam aplicadas.

Dentro dessa perspectiva compreende-se o que diz Garcia (2004) quando afirma que conceito de inclusão nas expressões social, educacional, escolar, entre outras, vem acompanhado por uma perspectiva de inovação, revolução ou de um novo paradigma social, embora suas origens estejam relacionadas com a manutenção da organização social vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa apresen-

ta uma relevância profissional e pessoal muito grande, pois, traz uma discussão significativa acerca da educação do campo, da educação especial e da junção educação especial no campo. A partir dos estudos realizados foi possível reconhecer que existe um marco legal eficiente e eficaz acerca da educação especial no campo, assim como da educação do campo e educação especial, contudo, a efetividade de uma e da outra e/ou da junção das duas no cotidiano de alunos, professores, coordenadores, gestores e a família, infelizmente, não corresponde ao que diz a lei.

A universalidade, equidade de direitos e efetividade dos serviços oferecidos pelas instituições de ensino, sobretudo, nas escolas do campo, na realidade, é prejudicada por diversas situações de exclusão, as quais se materializam nas dimensões mate-

riais e relacionais, pois, se de um lado existe a ausência de recursos adequados e infraestrutura, também, existe a falta de qualificação de profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

REFERÊNCIAS

CAIADO, Katia Regina Moreno; GONÇALVES, Taísa Graciela G. L.; SÁ, Michele Aparecida de. Educação escolar no Campo: desafios à educação especial. *Linhas Críticas*, v. 22, n. 48, p. 324-345, mai./ ago. Brasília – DF, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhas-criticas/article/view/4887/4450>
Acesso em: 13.10.2020.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da educação do campo. Trabalho

Necessário, ano 2, n. 2, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/3644/3444> Acesso em: 11.10.2020.

_____. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. Trabalho, Educação e Saúde, vol. 7, n. 1, mar./ jun. p. 35-64, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf> Acesso em: 11.10.2020.

DORZIAT, Ana. Implicações da Globalização na Política de Inclusão Escolar: reflexos para além da inclusão enquanto inserção física. Revista Temas em Educação, v. 18/19, n. 1/2, p. 88-113, jan./ dez. 2009/2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/20434> Acesso em: 11.10.2020.

FERNANDES, Bernardo Mancano. Os campos da pesquisa em educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, Brasília, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf Acesso em: 11.10.2020.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas Públicas de Inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira. Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87561/202904.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 11.10.2020.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da educação do cam-

po. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011. Disponível em: <https://seminarionacionallecampo2015.files.wordpress.com/2015/09/avanc3a7os-e-desafios-na-construc3a7c3a3o-da-educac3a7c3a3o-do-campo.pdf> Acesso em: 11.10.2020.

PAULON, Simone Mainieri. Documento subsidiário à política de inclusão/ Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&category_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 11.10.2020.

RABELO, Lucélia Cardoso Ca-

valcante; CAIADO, Kátia Regina Moreno. Educação Especial em Escolas do Campo: um estudo sobre o sistema municipal de ensino de Marabá-PA. Revista Cocar Belém, vo. 8, n. 15, p. 63-71, jan./ jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/336> Acesso em: 11.10.2020.